



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS**

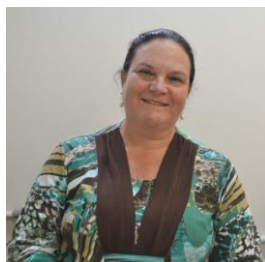
**REJANE PENNA RODRIGUES (2)**

**(depoimento)**

**2015**

**CEME-ESEF-UFRGS**

## FICHA TÉCNICA



**Projeto:** Garimpendo Memórias

**Número da entrevista:** E-599

**Entrevistada:** Rejane Penna Rodrigues

**Nascimento:** 04/04/1961

**Local da entrevista:** CEME - ESEF-UFRGS Porto Alegre

**Entrevistador:** Pamela Siqueira Joras e Leila Carneiro Mattos

**Data da entrevista:** 09/10/2015

**Transcrição:** Suellen dos Santos Ramos

**Copidesque:** Ivone Job

**Pesquisa:** Silvana Vilodre Goellner

**Revisão Final:** Silvana Vilodre Goellner

**Total de gravação:** 52 minutos e 10 segundos.

**Páginas Digitadas:** 16 páginas.

**Observações:**

A entrevistada realizou algumas alterações após a leitura da entrevista transcrita.

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

## **Sumário**

Envolvimento com o esporte e lazer na infância em Cachoeira do Sul; Formação inicial em Magistério e Educação Física; Programa Esporte e Lazer na Entrada da Cidade (PELC); Primeiros contatos com o PELC; Atuação na Secretaria Municipal de Esportes de Porto Alegre; Atuação junto à Secretaria Nacional de Esporte; Atuação na Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do esporte; Rede CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer Envolvimento; Envolvimento com a Secretaria Nacional dos Secretários; Convênios do PELC; Processo de Formação de agentes para atuação no PELC; Dificuldades para estruturação, ampliação e universalização do PELC; Monitoramento, acompanhamento, fidedignidade e credibilidade dos projetos do PELC; Futuro do PELC.

Porto Alegre, 09 de outubro de 2015. Entrevista com Rejane Penna Rodrigues a cargo das pesquisadoras Pamela Siqueira Joras e Leila Carneiro Mattos para o Projeto Memórias do PELC e Vida Saudável.

P.J. – Rejane, primeiramente nós gostaríamos de te agradecer por nos conceder esta entrevista. E gostaríamos que tu nos contasses como começou o teu envolvimento e tua vivência com a temática do esporte e do lazer?

R.R. – Na verdade eu sempre gostei muito de atividade física. Acredito que uma das razões é porque fui criada no interior: casa com árvores, ruas tranquilas, jogávamos vôlei no portão da casa...Corríamos e brincávamos nas ruas, andávamos de bicicleta... Também lembro como algo muito bom as aulas de Educação Física, a prática do esporte na escola e como atleta de voleibol na Sociedade Rio Branco de Cachoeira do Sul. Mas eu tinha muito a ver com as brincadeiras que aconteciam nas ruas com os amigos. Sempre gostei de esporte, mas sempre tive clareza que não tinha que ser obrigação e sim satisfação pessoal. Por isso a parte lúdica sempre chamou mais atenção.

No ensino médio cursei o Magistério e, em 1979, quando comecei a trabalhar como professora com crianças de 1ª à 4ª série, não existia professor especializado em Educação Física para as séries iniciais. Então, o professor de 1ª à 4ª era responsável pelas aulas de Educação Física. Particularmente sempre gostei de ver as crianças brincando... Era um mundo à parte, cheio de interação, criatividade, espontaneidade. Adorava! Continuo achando que algo que faz falta hoje para as crianças é brincar mais, em lugares abertos, com outras crianças. Depois fiz a faculdade de Educação Física e especialização aqui na UFRGS<sup>1</sup> em desporto coletivo: handebol, basquete e vôlei. Então acho que as atividades físicas, o esporte e o lazer sempre fizeram parte da minha vida.

P.J. – Educação Física foi aqui também?

R.R. – Educação Física foi em Cachoeira do Sul .

P.J. – Em qual universidade?

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

R.R. - Não foi em Universidade, mas na Faculdade de Educação Física de Cachoeira do Sul. Já a Especialização fiz aqui na ESEF da UFRGS em 1982 e depois o mestrado na UNIMEP<sup>2</sup>. Mas com o passar do tempo acabei me vinculando mais às questões relacionadas aos temas da gestão, das políticas públicas, do esporte e do lazer. Este interesse iniciou quando fiz o concurso para Prefeitura Municipal de Porto Alegre, onde comecei a trabalhar na Supervisão de Esporte e Recreação Pública, vinculada à Secretaria Municipal de Educação. Os locais de atuação dos professores desta Supervisão eram parques e praças de Porto Alegre. Eu já tinha experiência em escola. Comecei, inclusive, a dar aula vinculada ao Estado do Rio Grande do Sul numa escola rural. Depois trabalhei em escola - uma particular e uma estadual - em Cachoeira do Sul. Aqui em Porto Alegre também trabalhei em escola particular e em escolas públicas, estas na periferia da cidade. Cheguei a ministrar a disciplina de voleibol na faculdade de Educação Física de Cachoeira do Sul. Mas a grande identidade que tive foi com trabalho nos parques e praças aqui da cidade. Naquela época - anos 1980 - o Serviço de Esporte e Recreação Pública era da responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação que tinha dois eixos: a educação formal (das escolas) e a recreação pública (em praças e parques).

P.J. – Que ano tu fizeste este concurso?

R.R. –O concurso foi no início dos anos 1980 e fui chamada para assumir em 1984. Desde lá, fui me envolvendo cada vez mais. Realizei depois mais um concurso e abri mão de trabalhar no Estado e na escola particular para ficar dedicada integralmente a esse trabalho por considerá-lo totalmente diferenciado. Porto Alegre é considerada um dos berços da Recreação Pública da América do Sul, justamente por esse trabalho com profissionais de Educação Física atuando nas praças e parques. Com a experiência que trazia da educação formal, sempre procurei aprofundar a importância da visão pedagógica, aquilo que se constrói de conhecimento como a sistematização, a troca de conhecimentos entre os professores, a formação continuada, para a Secretaria de Esportes quando me tornei Supervisora e após Secretária Municipal. Fui professora do Parque Araribóia, depois coordenadora do mesmo parque, coordenadora regional, supervisora do esporte e recreação pública. E foi na minha gestão enquanto supervisora que tivemos a grata satisfação de ver

---

<sup>2</sup> Universidade Metodista de Piracicaba.

criada na cidade a Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. Confesso que me apeguei muito a esta questão do significado das palavras que nominavam a nova secretaria: esporte, recreação e lazer. Para mim o lazer sempre foi um tema mais amplo e na escola se trabalha pouco com ele. Apesar das vivências em políticas públicas de outras áreas como no turismo, no meio ambiente, na arte e cultura estarem vinculadas ao lazer, nas prefeituras municipais este tema fica geralmente vinculado às Secretarias de Esportes. Quando se criou a Secretaria de Esportes de Porto Alegre, o esporte em si já tinha um determinado olhar, um conhecimento da comunidade, mas a recreação e o lazer estavam ainda um pouco soltos. Então demos uma ênfase muito grande aos programas voltados para estas áreas. A experiência aqui em Porto Alegre é que me oportunizou posteriormente, quando estive no Ministério do Esporte, a aprofundar esta forma de gestão da recreação pública que existia nos Jardins de Recreio das Praças desde 1926. Acreditava que se dava certo aqui, poderia servir de exemplo também para outras cidades, em qualquer lugar do país, desde que respeitadas as características de cada local. Nós trocávamos informações com Caxias do Sul, com o Estado do Mato Grosso do Sul e com outras gestões, porque não poderia então ser também um projeto nacional? Neste mesmo período foi criado o Ministério do Esporte e o primeiro secretário desta nossa área, frente à Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer foi o professor Lino Castellani Filho. Ele também tinha essa visão do esporte no município que é onde o cidadão mora e as coisas de fato acontecem. Acho que os processos aconteceram ao mesmo tempo. A Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre enviou para Brasília um projeto chamado “Projeto Esporte e Lazer Integrado na Entrada da Cidade - PIEC”, que era para se aproximar com um projeto grande que regenerou a entrada da cidade construindo aqueles sobrados que substituíram os barracos. A Prefeitura conseguiu um grande financiamento e construiu novas moradias, praças, escolas, posto de saúde... Enfim, muitas áreas estavam recebendo dinheiro para investimentos, mas o esporte e o lazer não. Naquele projeto pensaram a educação, pensaram as praças, pensaram novas moradias! No meu entendimento deveriam pensar também na ativação de espaços esportivos e recreativos. Então enviamos esse projeto lá para Brasília quando recém estava sendo criado o Ministério do Esporte. Então, quando saiu o Programa Esporte e Lazer da Cidade eu me senti totalmente comprometida porque era exatamente o programa que a gente acreditava

que deveria existir para todos os municípios como uma política nacional. Dois anos depois Porto Alegre conveniu com o PELC<sup>3</sup>.

P.J. – E esse projeto que tu comentou que enviaste para Brasília, quais foram as pessoas que te ajudaram nesse processo?

R.R. – O projeto que fizemos aqui foi da Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer. Fizemos com o grupo que nós tínhamos na época que era o Gilmar<sup>4</sup>, a Leda<sup>5</sup>, o professor Mário Castro<sup>6</sup> e a professora Elisabeth Gubert da Assessoria Comunitária e o pessoal da Assessoria Pedagógica... Pensamos num projeto que daria maior amplitude para o olhar do esporte e da recreação de uma cidade, que não ficasse só em jogos intermunicipais e jogos de futebol. Seria possível dar atendimento às diversas faixas etárias, adaptado a cada espaço. Não precisava ter um ginásio ou uma quadra, mas que se conseguisse olhar as possibilidades do que poderia ser oferecido nas comunidades, aquilo que cada comunidade gostaria de praticar e que não fosse apenas do interesse do que o professor de Educação Física ou agente quisesse ministrar. Então, esse foi um movimento bem legal que aconteceu. Naquela época, aqui em Porto Alegre aconteciam as reuniões do Orçamento Participativo. Inclusive tinha reunião específica da área temática do Esporte e Lazer e a Administração dialogava permanentemente com a comunidade. Na Secretaria de Esportes existia também a Assessoria Comunitária, que era composta por professores que estavam todo dia na rua, em reuniões com as diferentes comunidades: do futebol de várzea, das creches e associações comunitárias... Os projetos e programas da SME<sup>7</sup> não eram de gabinete, eram reais, as atividades realmente aconteciam, eram vivenciadas e valorizadas pela população. E muito do que estava acontecendo acabou repercutindo em outros lugares. Uma característica importante foi que na construção desse projeto no nível nacional, ele foi muito bem embasado, pelo professor Lino e por sua equipe, entre eles Roberto Liao Júnior, o Veronez<sup>8</sup> aqui de Pelotas, a Andrea Ewerton<sup>9</sup>. Eles se embasaram também na questão do Estatuto da Cidade, de leis. Deram a dimensão, vamos dizer, de

---

<sup>3</sup> Programa Esporte e Lazer da Cidade.

<sup>4</sup> Gilmar Tondin.

<sup>5</sup> Leda Argemi

<sup>6</sup> Mário Jorge Silva de Castro.

<sup>7</sup> Secretaria Municipal de Esportes.

<sup>8</sup> Luiz Fernando Veronez.

política global. Mas tinha toda a base que era a política operacional cotidiana, um projeto muito interessante. Sobre as primeiras experiências certamente vocês vão entrevistar o professor Lino que vai contar como foi construído o processo lá no Ministério. Estou passando algumas informações anteriores a quando assumi lá no Ministério do Esporte em 2006, quando houve mudanças em alguns cargos no Ministério, inclusive a saída do ministro Agnelo Queiroz<sup>10</sup> e entrada do ministro Orlando.<sup>11</sup> Acabei assumindo a Secretaria Nacional do Esporte, Recreação e Lazer, onde permaneci por seis anos.

P.J. – Só te interrompendo um pouco, o Gilmar comentou conosco que aqui surgiu aquele projeto, agora não vou me recordar o nome direito, mas acho que era PIEC que ele nos comentou. Tinha alguma relação com esse momento que vocês estavam fazendo?

R.R. – O PIEC era esse: o Projeto Integrado da Entrada da Cidade. Se a gente tirar a questão de ocupação de espaço apenas pela política do esporte e do lazer, esse foi um trabalho com identidade, feito para e com a comunidade e também de continuidade no sentido de avançar mais na questão de dar vida real para aquele projeto que estava bem construído. Porto Alegre não foi contemplada, nessa época, entre os projetos pilotos<sup>12</sup>. As formações eram dadas por professores universitários. Na minha gestão junto ao Ministério tentei não dispensar nenhum dos professores universitários. Não pretendia entrar em rota de colisão, mas queria agregar mais formadores, educadores com experiência na execução prática de projetos comunitários. Então, inicialmente incluimos alguns professores que tinham experiência da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer de Porto Alegre e Caxias do Sul. Eu conhecia o trabalho deles de longos anos. Naquela época já tínhamos doze anos de experiência na gestão e sabia do potencial de todos como professores, educadores, estudiosos que é o que vocês vão poder comprovar depois nas entrevistas com os formadores. E esse momento inicial foi difícil, porque tem uma época que o pessoal da prática acha que eles é que sabem por que estão ali no cotidiano. O professor acadêmico acha que está mais capacitado por conta dos estudos, do aprofundamento teórico e com mais reflexão... Eu sempre acreditei na complementariedade, na integração. Com o passar do tempo abrimos um edital para

---

<sup>9</sup> Andrea Nascimento Ewerton.

<sup>10</sup> Agnelo dos Santos Queiroz Filho.

<sup>11</sup> Orlando Silva de Jesus Júnior.



contratação de formadores. Nesse edital se buscava prioritariamente a experiência prática ou a acadêmica e a visão comunitária e humanista. Quanto ao Curso de Formação... Lembro de uma vez que havia sido convidada para dar uma formação aqui em Ivoti<sup>13</sup> e vi que era muito cansativo. Os agentes sociais que participavam não eram só professores de Educação Física e de Artes e acabavam não tendo paciência para um curso tão longo. Eles cansavam de ficar sentados muito tempo com as aulas teóricas. Baseados neste fato, decidimos fazer algumas alterações nos módulos, que não fizéssemos tudo de uma vez só: um módulo se fazia a introdução do Programa, no outro dava uma continuidade e no final fazia avaliação que sempre aconteceu. Se posteriormente mudassem os agentes sociais ou se os agentes que tinham feito o treinamento não haviam absorvido bem os conteúdos, da maneira como era feito antes, não havia como atualizá-los. Mas quando se dá só a iniciação e depois se faz o acompanhamento do processo, fazendo após algum tempo uma avaliação, há tempo para melhorar, para corrigir e adequar o que não está de acordo. Se faz a avaliação para melhorar, principalmente em caso de renovação do convênio, o retorno dados pelos formadores no meio do processo ajudava numa melhor continuidade e evolução do próprio PELC. Isso foi bastante interessante, essa melhor distribuição dos Módulos da Formação. Então o processo que desenvolvemos foi este: mudança com relação aos módulos e mudança com relação aos formadores. Teve uma época que houve questionamento sobre porque as pessoas que estavam fazendo essa formação eram sempre as mesmas. Foi nesta época que abrimos o edital em que todos os interessados podiam se inscrever. Tinham uns requisitos básicos, por isso que eu acho importante depois a gente ver o edital ... Tentamos respeitar muito as características regionais. Cada região do Brasil é bastante diferente uma da outra. Nós do sul, tínhamos um tipo de vivência; o pessoal do centro-oeste tinha outra; o do norte outra. Em tudo víamos aspectos distintos, desde horário - fuso horário, horas mais adequadas para atividades ao ar livre - até o tipo de atividade de lazer: aqui é dança folclórica gaúcha, lá no centro-oeste e no nordeste é quadrilha, no norte é a dança do boi. Para trabalhar a diversidade teve uma época que incentivamos o deslocamento de quem era formador de uma região eventualmente dar a formação em outra, desta forma oportunizando trocas e a circularidade do conhecimento. Então foi avançando. Depois veio o edital e por último entendemos que a questão pedagógica estava se consolidando nos convênios e que era preciso mais do que nunca de

---

<sup>12</sup> Referência às iniciativas pioneiras do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

uma política pedagógica para além de uma gestão, ou seja, independente de quem estivesse lá no governo, que a essência do projeto e a relação com o programa fosse mantida. Considero aí a grande importância do convênio com a UFMG<sup>14</sup>. Eles tinham um Departamento de Lazer e estavam integrados com o Programa do PELC. Alguns professores já eram nossos formadores. Nós participávamos de muitos eventos juntos e demonstraram interesse de se envolverem mais. Assim foi firmado um convênio com a UFMG para, juntamente com o Ministério, se responsabilizarem pela Formação do PELC. A partir disso foi tudo mais tranquilo porque se estabeleceu uma excelente parceria e tivemos a certeza de que a formação estava em boas mãos. Acho que foi um caminho de duas vias, porque tanto o pessoal da universidade começou a ir mais aos locais onde aconteciam os núcleos do PELC, vivenciando mais de perto o Programa, quanto os formadores e os agentes locais tiveram acesso a um conhecimento mais sistematizado e de nível elevado. Para mim hoje, o processo de formação do PELC está excelente, porque busca a experiência, o conhecimento científico, mas mantém o respeito pela diversidade regional e local. Todo esse processo foi o que mais me empolgou na época da construção e da gestão, ou seja, colocar na prática aquilo que se acredita e às vezes ainda está no campo teórico. Tiveram algumas culminâncias importantes como o PELC Indígena, por exemplo, acontecendo na própria aldeia e com a possibilidade da aplicação dos conhecimentos ancestrais, além de adquirirem elementos para continuar mantendo os projetos... Muitos indígenas estão ficando distantes da sua cultura, então, os agentes do PELC Indígena são da aldeia e vivenciavam com os mais jovens, os jogos e brincadeiras da própria etnia. Interessante é que nunca abriram mão do futebol. O PELC Indígena tinha característica voltada para os indígenas, o PELC Vida Saudável, todo um olhar do idoso e para o idoso e o PELC núcleos “normais” que a gente chama aquele que inclui atividades para todas as faixas etárias. Acho que desta maneira foi possível realizar o atendimento para a sociedade como um todo.

P.J. – Tu comentaste que participou de formação em Ivoti. Nesta época já estavas envolvida com a Secretaria Nacional ou ainda era teu primeiro contato com o PELC?

---

<sup>13</sup> Município do estado do Rio Grande do Sul.

<sup>14</sup> Universidade Federal de Minas Gerais.

R.R. – Com o PELC foi o primeiro contato direto, ou seja, atuando na ponta. Antes disso, enquanto Secretária Municipal de Esportes, Recreação e Lazer havíamos assinado um Convênio com o PELC para a entrada da cidade de Porto Alegre, na Região do Humaitá. Na época desta formação de Ivoti, final de 2005, fazia mais ou menos um ano que havia deixado de ser Secretária Municipal e então tive disponibilidade para participar da Formação do PELC.

P.J. – E esse convite veio...

R.R. – Do Ministério do Esporte.

P.J. – Do Ministério. E aqui do Rio Grande do Sul foi tu e esse...

R.R. – Fui eu e a Andrea Ewerton que ministramos o curso de Formação na cidade de Ivoti. A partir daí consegui ver mais de perto como é que funcionava a formação. E isso foi muito importante...

P.J. – Mas a Andrea é de lá e tu daqui? Ou não?

R.R. – Sim, ela veio representando o Ministério e eu fui convidada. Acredito que por ser professora, pelo conhecimento da realidade da região Sul e experiência na gestão da Secretaria de Porto Alegre tenham lembrado de mim. A Andrea é a pessoa que está desde o primeiro ano, ela nunca se afastou do Ministério. Antes do Ministério ela trabalhava na gestão de Belém do Pará. Tive oportunidade de conhecer o trabalho deles quando era Secretária de Porto Alegre e fui convidada a participar em formações e eventos promovidos pela Prefeitura de Belém. Nossas cidades trocavam experiências em várias áreas e o esporte e lazer sempre foram valorizados.

P.J. – Não, eu me refiro aqui no sul, esse projeto de formação era só...

R.R. – A formação de Ivoti foi só eu que participou naquele momento. Dos formadores anteriores que lembro talvez tenha sido o Veronez, a Diná<sup>15</sup>, acho que o Mascarenhas<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> Diná Oliveira.

<sup>16</sup> Fernando Mascarenhas.

veio aqui também no sul, porque aí era mais um pessoal dos contatos da universidade com o pessoal do Lino. Eu já peguei uma fase de transição. A Andrea me convidou e eu fui, e para mim foi uma coisa sensacional... Quando eu cheguei lá para ser Secretária Nacional eu já sabia um pouco mais como estavam acontecendo as formações, o que foi muito legal.

P.J. – E como é que foi a tua chegada à Secretaria Nacional?

R.R. – Foi difícil... Saí do contexto de uma Prefeitura Municipal, com uma gestão afinada, com a vivência de 16 anos de Administração Popular e Orçamento Participativo. A Secretaria de Esportes, Recreação e Lazer foi criada na gestão do prefeito Tarso Genro e estive presente desde o início. Tive a satisfação e o privilégio de ser Secretária doze anos, Esta Secretaria era formada por um grupo pequeno, unido e dedicado, que a construiu de forma coletiva. Por isso a Secretaria era de cada um, era de todos, era nossa... Quando fui para o Ministério, assumi um desafio muito maior, num ambiente mais hostil, que é o ambiente da macro política, integrada por mais partidos, com mais grupos, com as diversas regiões, com disputas permanentes... E eu cheguei lá em uma época justamente de mudança e de alguns conflitos internos. Muitos companheiros me viram como a pessoa que foi pegar o lugar do outro - do Secretário que estava saindo. Mas, na verdade, fui porque já estavam apontadas as mudanças: haveria trocas, alguém iria assumir e na época houve os que apostaram que, pela experiência de gestão que eu tinha, seria um bom nome, Então já cheguei em um ambiente dividido, onde parte da Secretaria era a favor da permanência dos que estavam saindo e outra parte desejava a mudança. Cheguei num ambiente diferente do que tinha com os meus colegas de SME. Mas nós fomos aos poucos... Lembro de algo que achei interessante, que me marcou: no Gabinete da Secretária tinha um mapa do Brasil enorme, do tamanho desta parede. Olhei para aquele mapa, olhei os cinco mil e poucos municípios, todas as regiões e vi onde o PELC estava implementado: um ponto aqui, um ponto ali, um ponto lá... Pensei: não é possível fazer uma política nacional assim. Passei então a buscar conhecer cada região, cada possibilidade, cada parceiro. Depois consegui formar uma equipe boa que topava as paradas, que gostava dos desafios. Assim fomos crescendo bastante, tanto na Rede Cedes<sup>17</sup> quanto no PELC Núcleos. Acabamos implementando também o Prêmio Brasil de Inclusão Social de Esporte e Lazer e

---

<sup>17</sup> Rede CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer.

ampliando os convênios com as universidades. Quando chegamos lá os convênios eram somente com as federais, mas conhecendo a realidade das instituições particulares, sabia que muitos dos alunos pagavam com sacrifício suas mensalidades e que poderiam ter ajuda para as pesquisas... Não é porque a faculdade era privada que o aluno não deveria ter oportunidades de pesquisa. Inclusive muitos alunos destas instituições trabalhavam de dia, estudavam à noite, então, para eles poder ter uma bolsa para pesquisa era super importante. Um dos meus enfrentamentos iniciais foi este, pois havia esse olhar da política pública mais voltada para instituições federais e decidimos incluir as particulares. Mas o Convênio foi de forma diferenciada: nas federais e nas públicas era financiado todo o equipamento e nas particulares apenas as bolsas para os pesquisadores e a publicação dos resultados da pesquisa. Desta forma não estaria sendo doado patrimônio público para uma instituição privada, mas ao mesmo tempo estaria beneficiando o pesquisador e o conhecimento. E também tinha no início a resistência do pessoal das universidades. Depois foi tudo muito tranquilo e passamos de três ou sete núcleos da Rede Cedes para vinte e tantos. Esses Convênios também foram por meio de Chamadas Públicas. Antes dos editais, o que acontecia lá era mais ou menos assim: tinha um projeto bom aqui da UFRGS que era apresentado ao Ministério no mês de março. Vamos dizer que tinha quinhentos mil reais para todo Brasil, para dar para os programas, aí o de vocês chegava num valor de duzentos mil, depois chegava um da USP<sup>18</sup> de duzentos mil, já somava quatrocentos mil. Logo em seguida chegava de algum outro lugar um de cem mil reais. Pronto, já estava esgotado o valor do investimento anual de quinhentos mil em março e abril. Após poderia então ser apresentado um outro maravilhoso lá do Amazonas: “ Não dá para atender, não tem mais dinheiro”. Não era justo. Então nós começamos a fazer o edital, amplamente divulgado, com prazo igual para todos que tivessem interesse. Fizemos um mapeamento assim: se em determinado estado da região sul e sudeste tem mais densidade demográfica do que na região norte, lá provavelmente vai atender mais gente e vai ter mais projetos, mas tem que fazer de tudo para ter projeto do norte, para realmente nacionalizar e consolidar a política do conhecimento do esporte e do lazer.

Nós tivemos também o Primeiro Encontro Nacional do PELC. Cheguei em Brasília em abril de 2006 e em agosto de 2006 a SNDEL<sup>19</sup> realizou o Primeiro Encontro Nacional. Reunimos todos os núcleos do PELC por representações, e como já sabíamos o

---

<sup>18</sup> Universidade de São Paulo.

que acontecia em alguns convênios com órgãos públicos em que mandavam o Secretário participar do encontro, quer dizer, o Secretário que muitas vezes não tinha nada a ver com o PELC, nem sabia bem do que se tratava, mas na hora estar em Brasília, ele ia. Mas quando retornava para sua cidade, não difundia ou informava os assuntos que tinham sido tratados para as pessoas que de fato executavam o Programa. Então, começamos a trabalhar no sentido de que era importante o Secretário estar presente, afinal é o gestor maior, mas nós queremos também a presença de um representante dos agentes sociais, um representante da comunidade que é o controle social, um representante do núcleo, formador. Começamos com aproximadamente cinco representantes de cada convênio e a participação de todos os formadores. Então começamos a construir uma coisa mais sólida, mais integrada... Os projetos que eram bem feitos e solicitavam mais tempo de execução nós ampliávamos, fazíamos aditivo. Se o projeto não havia dado o resultado esperado, não era renovado, mas os interessados podiam pleitear novamente, com proposta mais viável, mais adequada... O crescimento foi de forma gradual, não começamos grande. A prioridade do Ministério era o Segundo Tempo, por causa das escolas, da organização, das crianças, dos jovens. O PELC vinha com um sistema muito novo na política públicas, tendo mais a ver com a questão da recreação pública, da participação da comunidade, da valorização dos agentes locais, enfim, com o lazer. Isso ainda não estava bem, vamos dizer, introyetado na política e com o tempo mostrou que poderia trazer excelentes resultados. Tanto é que muitos deputados que colocavam emendas parlamentares apenas para construção de ginásio, pista de atletismo, em obras esportivas, passaram a fazer emendas parlamentarres para o Programa. Entendíamos que quando o parlamentar faz uma emenda para infraestrutura esportiva, aquela obra fica lá e todo mundo lembra, foi na época do “fulano”, foi na época do “beltrano” que foi construído, que foi inaugurado. As construtoras ficam felizes... Bem mais visível para um projeto eleitoral do que um programa educacional e de participação comunitária. Porém há também muitos políticos sensíveis à questão, voltados para a educação, para a questão comunitária e que passaram a ser parceiros. Esse início de trabalho junto aos parlamentares foi feita na época do Lino e nós buscamos ampliar, trabalhando de forma didática junto aos parlamentares, fazendo visita aos parlamentares, explicando a cada um a importância do Programa e seus benefícios para a população, com um investimento relativamente pequeno. Pela verba

---

<sup>19</sup> Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer.

institucional, como sempre diminuía nossa verba e aumentava a do Segundo Tempo<sup>20</sup>, eu diria que o que nos “salvava” eram as emendas parlamentares. Ma também tinha um lado injusto. Digamos, por exemplo, que os políticos mais atuantes da área do esporte fossem da região sudeste, as emendas que colocavam eram para região sudeste, onde muitas vezes já havia o Programa funcionando. Já as demais regiões continuavam sem o PELC. Quando o pessoal falava: “Porque lá no Rio de Janeiro tem isso, São Paulo tem aquilo! E outros estados não possuem o programa?” Bem, São Paulo até não tinha muito porque eles nunca quiseram, acredito que porque era governo de partidos da oposição ao Governo Federal. “E aqui nós precisamos tanto e não tem!” Respondíamos que deveriam apresentar projeto, ler o edital de Chamada Pública do PELC ou buscar os parlamentares das suas regiões para apresentarem emendas. Resumindo, não conseguíamos ter uma proposta de gestão 100% construída na Secretaria. Era uma partezinha construída na Secretaria, que era o que nós tínhamos de verba da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Foi preciso trabalhar muito com os políticos e depois, durante o processo da formação, com os agentes locais para ter esse olhar do esporte e do lazer enquanto um direito do cidadão, que está previsto na Constituição desde 1988 e como um dever do Estado. Mesmo o Estado nunca tendo assumido plenamente este dever. E essa é uma luta que temos vivenciado faz muito tempo.

P.J. – Eu gostaria que comentasse um pouco o teu envolvimento com a Secretaria Nacional dos Secretários.

R.R. –Minha história de vida teve este componente de riqueza de oportunidades, de estar em determinados momentos e lugares e participar de alguns processos iniciais. Quando eu era Secretária Municipal de Esporte, Recreação e Lazer de Porto Alegre, aconteceu um encontro de Secretários Municipais desta área. Essa primeira reunião foi em Goiânia. Nosso ponto em comum era acreditar que a política do Ministério, que na época era Secretaria Extraordinária do Esporte era voltada para o esporte de alto rendimento e na questão do esporte municipal, do esporte comunitário, a recreação e o lazer que era o que nós, como Secretários Municipais, desenvolvíamos. A maioria das vezes, o próprio município também não destinava verba, ou porque desconhecia as atividades que poderiam

---

<sup>20</sup> Programa Segundo Tempo.



ser desenvolvidas ou por considerar supérfluas. Nos reuníamos num grupo bem interessante, eu lembro que estava o pessoal de São Paulo, Goiânia, Maceió, aqui de Porto Alegre, Belo Horizonte... Tem um histórico da ASMEL<sup>21</sup>, nós fundamos então essa Associação e uma das defesas que fiz pessoalmente na época foi de colocar o termo lazer no nome da Associação, por isso que ficou ASMEL. Era para ser Associação Municipal dos Secretários de Esporte, mas lutei muito pelo lazer e como algumas Secretarias Municipais traziam a palavra lazer na sua denominação, os Secretários presentes votaram a favor. Na oportunidade criamos uma direção da ASMEL, onde ocupei a função de Secretária e a presidência ficou com o secretário de Goiânia que havia tido a iniciativa de chamar a reunião. Não lembro bem, mas parece que a vice-presidência ficou com o secretário de Curitiba. Nós começamos a realizar encontros periódicos, entretanto percebemos a dificuldade que era estabelecer uma pauta comum. Tentamos estabelecer identidades, mas ao mesmo tempo em que estávamos falando de município como São Paulo, com quase 20 milhões de habitantes. Rio de Janeiro, capitais de estados como Curitiba, Porto Alegre, também existiam realidades totalmente diversas como a de municípios que sequer possuem dois mil habitantes. Mas todos eram municípios... Enquanto uns de nós pensávamos nas macropolíticas, em intersectorialidade, em tornar o esporte e o lazer uma política de Estado, outros queriam apenas alguns materiais esportivos, premiação, melhoria de equipamentos, umas bolas, queria umas redes... Já em alguns lugares não existia Secretaria, era Fundação ou era Conselho Municipal de Desporto - CMD... Por isso a gente deu esse nome Associação dos Gestores, pois estaria contemplando os responsáveis municipais pela área, independente de serem Secretários ou não. Os Secretários Municipais “caem” muito, são trocados. Era chamado de rifa política, que é quando se quer contemplar algum parceiro de outro partido, aí não vão dar Educação, vão dar Saúde, tem a área da Fazenda... “Tu gostas de futebol? Foi candidato? Foi atleta?”. Então, serve para Secretário de Esporte. Esporte e Cultura vão muito para rifa política. Nos encontros da ASMEL se construía relações e se tomavam decisões com um Secretário. Tudo certo... Em outra oportunidade, já não era mais o mesmo Secretário, participava outra pessoa, no encontro seguinte, já era outro. Os governos municipais para contemplar um vereador que não se elegeu, o deputado que queria indicar um nome, o filho de sei lá quem, bom, ia mudando o responsável pela pasta de acordo com a

---

<sup>21</sup> Associação Municipal dos Secretários de Esporte e Lazer.



conjuntura partidária... Em muitas cidades a luta política era difícil, mas, havia outras, normalmente as maiores, que já tinham uma certa caminhada, que possuíam um olhar diferenciado sobre a política do esporte e lazer. Em Porto Alegre sempre tivemos esse privilégio, porque na época que se criou a Secretaria, o grupo gestor se manteve por um longo período e também se fez concurso específico para ingresso de recursos humanos na Secretaria. Houve este olhar, através do qual a área política de governança dava suporte para questão da técnica da nossa área, deixando-a se desenvolver, não buscando prioritariamente contemplar pessoas e/ou partidos sem ligação nenhuma com o esporte e o lazer. Sei que em Curitiba também foi assim e era de partidos diferentes dos de Porto Alegre. Então quero deixar bem claro que, sob alguns aspectos, não é uma questão de ser de direita ou de esquerda, é uma questão de comprometimento com a política da área. Foram mudando tanto os Secretários que no final eu já estava como Presidente [RISOS] e até onde sei, fui a que ficou mais tempo na função de Secretária de um município. Quando deixei de ser secretária, ainda ocupava a presidência da ASMEL.

A ASMEL conseguiu fazer parte do Conselho Nacional de Esportes. As representações nesse Conselho eram sempre dos mesmos, das mesmas instituições, mas conseguimos abrir uma brecha para os municípios. Tem um fato interessante nesta história: primeiro foi criada a ASMEL e só posteriormente que surgiu a Associação dos Gestores Estaduais do Esporte. Entretanto a Associação dos Gestores Estaduais deu muito mais resultado, porque são vinte e poucos estados e o Distrito Federal. O quórum que participa das reuniões é mais reduzido, a política mais enxuta e os interesses são praticamente os mesmos. Na esfera dos municípios sempre foi difícil, porque quem é que vai participar da reunião? Os prefeitos priorizam a participação do Secretário de Esporte em reuniões fora do âmbito do seu município? Liberam verba para fazer a reunião? Da Educação sempre vai, da Saúde, do Saneamento, agora do Esporte é como se fosse gasto e não investimento, então, quando eu saí de lá já era o Ministro Orlando eu acho... Não, era o Agnelo ainda. E eu sugeri que o Secretário de Guarulhos tomasse as rédeas disto porque como, na verdade o secretário de Guarulhos era muito próximo ao Ministro, do mesmo partido eu pensava que teria mais chances de levar adiante as propostas. Foi bem legal, e agora continua. Mudou muito a característica do Conselho Nacional. Ele passou a ter um regramento diferente com o passar do tempo. Os membros podiam ficar uma gestão mais duas, porque antes tinha a mesma história do esporte, tipo tu entras numa Federação esportiva, ou

numa Confederação e fica vinte, trinta anos e depois passa para não sei quem, que vai ficando, ficando... Nos últimos cinco, seis anos conseguiu-se fazer com que um representante de instituição pode ficar mais uma vez e deu; a tua instituição permanece no Conselho mas com outro representante para não ficar personalizado, ter uma oxigenação, a contribuição de outras pessoas e não ficar reforçando esse centralismo do esporte que é histórico. Depois eu voltei para a fazer parte do CNE - Conselho Nacional do Esporte- , não pela ASMEL, mas como Secretária Nacional eu tinha direito no Conselho. Depois eu acabei criando um problema para nós mesmos, porque como as pessoas só poderiam ficar quatro anos e eu já tinha ficado uns três anos pela ASMEL e depois mais não sei quantos anos de Secretária, e eu fiquei seis anos de Secretária Nacional. A Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer - SNDEL, deveria ser representada por seu Secretário e eu era a Secretária Nacional, Os Secretários Nacionais também mudavam muito. Acho que eu e o Ricardo Leyser, fomos os que tivemos mais tempo como Secretários. Os outros permaneciam um ano, dois anos, E fiquei seis anos, o Ricardo Leyser está há treze, quatorze anos. Então, eu tive a oportunidade de participar de momentos históricos da política pública do esporte e lazer: das três Conferências<sup>22</sup>, da criação da Associação dos Secretários Municipais, de fazer parte do Conselho Nacional de Esporte e de alguns avanços neste mesmo Conselho. Tenho muita gratidão pelo que a vida me proporcionou, foram realmente coisas muito boas...

P.J. – Só voltando um pouco para política do PELC. Como eram feitos o início destes conveniamentos? Porque tu falou que teve uma mudança nessa estruturação. Como ele era feito e como que ele foi pensado para ampliar?

R.R. – O conveniamento inicial mesmo eu não sei qual o critério que foi utilizado para os projetos pilotos. Mas quando eu entrei lá, foi a questão regional e depois uma série de requisitos previstos nos editais. Sempre trabalhei com transparência e o edital foi uma forma democrática e transparente. Inclusive quem fazia a seleção não éramos nós, mas sim uma comissão plural. Tinha representante nosso da Secretaria, mas também havia pessoal de fora para compor a seleção dos projetos, para ficarmos isentos. Sei que uma coisa que incomoda um pouco na política tradicional, e com uma visão técnica, às vezes eu ando um

---

<sup>22</sup> Conferência Nacional de Esporte.

pouco na contramão. Se quiser fazer uma política vinculada a um partido, a uma gestão, às vezes, essa transparência, essa universalização tende a poder atender mais prefeituras ou órgãos que não são das tuas relações próximas, nem partidárias porque depende do projeto, da sustentabilidade desse projeto. Então, às vezes, eu digo que eu estou meio que... Nem sou uma figura só política governamental, de ação política, militante política, e nem sou uma pessoa só da técnica. Sempre acreditei ser possível construir e difundir conhecimento, ter crescimento nas duas áreas que eu integrava. Consigo levar, mas também traz algumas rejeições, como ouvia: “O que tu estás fazendo? Agora ao invés de dar os PELCs para cidade tal, agora tu empacotou tudo e olha lá aqueles que são contra nós vão usar desse dinheiro ”... E, por outro lado, na técnica é isto: vai no político, vai fazendo pela técnica e o pessoal também... A minha experiência, assim como a de alguns outros, é uma experiência que é, vamos dizer, sofrida. Porque buscou integrar duas áreas que nem sempre dialogam que é a do conhecimento específico da área e a política. Muito disso avançou, mas são avanços recentes, alguns deles propiciados pelo conjunto das ações do Ministério, como essa visão das criação de Secretarias Municipais... Se qualificaram inclusive os gestores municipais. Hoje em alguns lugares ainda se mantém o vereador, o filho... Mas a maior parte já está buscando para a gestão pessoas que tiveram alguma expressão dentro da área e que estão comprometidos com uma política geral e não apenas com esta ou aquela modalidade esportiva. Então, esse crescimento já estamos vendo... Atualmente temos um período, por conta da Copa do Mundo e também da vinda dos Jogos Olímpicos, que proporcionou um aprofundamento na questão que envolve financiamento para o desenvolvimento do esporte, porque não se faz política sem dinheiro. Por outro lado, não adianta dinheiro se não tiver um planejamento, uma visão de gestão, muita seriedade na ação. Hoje, acho que está melhorando este olhar do gestor, dos programas e dos projetos.

P.J. – E nesse processo que tu passou a fazer parte do Ministério, qual foi o maior enfrentamento, a tua maior dificuldade para estruturação, ampliação e universalização do PELC?

R.R. – O financiamento pra as políticas do PELC, o orçamento. Porque a cada ano diminuía a nossa verba institucional, mesmo o Programa crescendo em credibilidade. Era incoerente, ao mesmo tempo em que aumentava a procura, diminuía a verba. Então tinha mais demanda e menos recursos. Isso era muito ruim. Outro esclarecimento, que às vezes

as pessoas têm que ter esse conhecimento porque não pode ver pelo lado romântico da coisa. O Programa Esporte e Lazer da Cidade, que estamos falando e trabalhamos na minha Secretaria na época incluía apenas o funcionamento dos núcleos e a Rede Cedes. Só que na rubrica do Ministério, o Programa Esporte e Lazer da Cidade/PELC inclui a infraestrutura que não era gerenciada na Secretaria, mas no Gabinete do Ministro. Então tu olhava... “Quem é a Secretária que tem o Programa PELC?”. “A secretária Rejane do PT<sup>23</sup>”. “Olha lá o PELC tem muita grana, muitos milhões”. Não ficava claro que o maior volume financeiro era para obras de ginásios, praças e equipamentos esportivos. A Secretaria que eu era responsável só tinha sete, oito milhões que era o destinado para o funcionamento dos núcleos do PELC. Se nós não ampliávamos mais o PELC, não tínhamos mais núcleos, não é porque não queríamos... Não era assim que a banda tocava. A banda tocava de maneira que a parte das obras, que é o grande volume, não era gerenciada por nós, era gerenciada junto ao Gabinete do Ministro. Então, fomos crescendo na relação com os prefeitos que reconheceram a importância local do Programa, o trabalho bem feito nas comunidades e passaram a demandar mais o Ministério nesta direção, pedindo verbas para implementar o Programa e não só ginásio e obras... Neste momento os prefeitos chegavam aos seus parlamentares que também passaram a destinar parte de suas emendas para o PELC. Atualmente, após a extinção da SNDEL e a criação da SNEIS<sup>24</sup>, as políticas sociais ficaram todas na nova Secretaria. Faz uns cinco anos que isto aconteceu e o Secretário ficou do mesmo partido do Ministro, o orçamento que dão para o PELC e para Segundo Tempo está mais igualitário, mas não foi assim no tempo da minha gestão. Era cerca de duzentos e cinquenta milhões destinados para o Segundo Tempo e nove milhões para o PELC, funcionamento de núcleos. Às vezes diziam: “Não, cresceu a verba do PELC, vocês tinham quinhentos milhões e agora estão com quinhentos e vinte”. Não crescia nada, porque a destinada aos núcleos continuava igual, crescia a das obras. Não acho que isto vá ficar nos registros mas faço questão de falar, de esclarecer. É entender que o gestor, mesmo um Secretário, tem muitos limitadores e um deles é o dos recursos humanos e financeiros. Nós nunca conseguimos que o PELC fosse um programa prioritário. Ele foi aceito apenas como um programa proposto por um grupo partidário diferente do Ministro, para uma convivência plural, de um outro grupo. Quando juntaram as Secretarias e o novo Secretário ficou do mesmo partido, o PELC passou a ser mais

---

<sup>23</sup> Partido dos Trabalhadores.

valorizado internamente no Ministério e conseguiu vários avanços, inclusive em propostas que tínhamos e não haviam sido implementadas por falta de verba. Nós sempre quisemos ter os coordenadores regionais para amarrar a parte pedagógica e administrativa, mas eu não tinha verba para contratar, depois que veio a outra Secretaria eles contrataram. Então assim, qual é a minha felicidade? É que muitas coisas que a gente pensou, com o passar do tempo aconteceram. E ainda tem um fator importante, uma instituição que faz o *link* que é UFMG. Algumas pessoas também ainda estão trabalhando lá no Ministério, como a Andrea Ewerton e a Ana Elenara.<sup>25</sup>

P.J. – Falando sobre o processo da tua gestão no PELC, o que foi que impulsionou essa universalização? Tinhas comentado sobre um pouco da verba e de emendas parlamentares. Mas, na tua opinião, em relação aos núcleos e conveniamentos, enfim, que foi que impulsionou o Programa?

R.R. – Eu acho que o monitoramento, o acompanhamento, a fidedignidade e a credibilidade dos projetos. Por exemplo, se tem um projeto do PELC bem implementado aqui em Canoas, pode despertar o interesse da cidade de Gravataí e assim sucessivamente outras passarem a ter interesse, querem fazer também, então, o Programa vai expandindo. Creio que ele se constrói muito mais no trabalho realizado, nas experiências vivenciadas... Conseguir ser avaliado positivamente, mais do que simplesmente distribuição de verba, já que esta, por mais que tivesse aumentado, não seria suficiente para uma política verdadeiramente nacional, que atingisse a maior parte dos municípios do Brasil. O que nós entendíamos? Que a política nacional tinha que ter essa visão de poder ser implementada tanto numa administração de uma cidade grande, quanto de uma cidade pequena, vendo a população como um todo e os equipamentos esportivos e recreativos que dispõe. Então, acredito que o grande lance da nossa política foi a formação. Porque com a formação as pessoas se apropriam de conhecimentos. Esses conhecimentos podem gerar novas possibilidades, ampliar horizontes, transformar vidas, empoderar os cidadãos... A formação tem um efeito educativo e multiplicador. Claro, existe um impulso com o aumento das verbas e tem também a questão das cidades irem se renovando. No início,

---

<sup>24</sup> Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer Inclusão Social.

<sup>25</sup> Ana Elenara da Silvas Pintos.

tivemos experiências assim: o prefeito, como gestor maior é quem assina o convênio e precisa se responsabilizar por uma pequena contrapartida. O que alguns prefeitos diziam? “Nós não vamos começar o PELC porque se depois vocês não renovarem eu é que ficarei com esta demanda local, porque as pessoas vão querer continuar tendo as atividades ... então não vou nem começar”. Não podemos negar que eram bem pragmáticos... Outros faziam todo o conveniamento e não se reelegiam, então, simplesmente cancelavam. Quando conseguimos formar os gestores locais e conveniar com universidades que possuem gestões mais duradouras e permanente, além do conhecimento acumulado, foi enraizando. Então o que nós temos hoje de crescimento se dá também pela conscientização do esporte, recreação e lazer enquanto uma política pública. Nosso objetivo era mostrar que uma política municipal poderia oferecer muito mais do que participação de equipes representando as cidades nos jogos intermunicipais e campeonatos de futebol de várzea. E que isto não era tão caro. Que com o dinheiro que o Ministério dava, com a formação e com o material, poderiam desenvolver programas permanentes para todas as faixas etárias da população. O município de Ivoti aqui no Rio Grande do Sul é um dos casos que deveria ser entrevistado pelo CEME<sup>26</sup>. Hoje mantém programa similar ao PELC, com outro nome, o projeto PLUG<sup>27</sup>, com autogestão do próprio município. O nosso entendimento é este, a co-gestão visando a auto-gestão. No caso do PELC se faz uma gestão compartilhada da política nacional com a política local. Mas nosso entendimento é que esta política é de responsabilidade do ente federativo município, mas que por desconhecerem ou não terem interesse, o PELC abre caminhos... Então o Ministério parte desse incentivo inicial que é o investimento federal na compra de materiais, na contratação dos agentes, na formação e depois a comunidade vai usufruindo deste direito social; o gestor vai se abrindo a esta nova política e ... Tanto que foi feita uma pesquisa em duas cidades aqui do interior do Rio Grande do Sul que tive conhecimento. Os gestores fizeram pesquisas em seus municípios com vistas a uma tentativa de reeleição. O resultado teve aspectos interessantes como uma maior aprovação da gestão nos dois municípios, foram justamente nos locais que tinham o PELC. Porque o que acontece com as atividades de recreação e lazer? Elas trazem felicidade, bem estar, contribuem para uma vida saudável, incentivam a convivência fraterna, o desenvolvimento das relações comunitárias e estes os prefeitos também não sabiam disto. E com essa convivência eles criaram uma empatia com estas

---

<sup>26</sup> Centro de Memória do Esporte.

comunidades. O prefeito vai a uma inauguração de um posto de saúde ou vai visitar um posto... Agora nessa época de enchente vai ver as casas destelhadas. Nestes contatos, geralmente o povo está irritado, está mal, está xingando, não quer conversa, faz muita cobrança. Quando o prefeito vai numa atividade de recreação e lazer, as pessoas estão sorrindo, elas estão lá voluntariamente porque escolheram, porque quiseram. Então o político também aprendeu o lado bom da relação. E é nisso que acredito também. Quando organizávamos seminários e eventos, sempre procurávamos colocar em uma mesma mesa aquelas pessoas que tinham muito a falar sobre determinado assunto do esporte, da recreação do lazer, das políticas públicas destas áreas e os políticos que poderiam falar da gestão, mas estariam ouvindo os demais palestrante. Então em uma mesa de abertura de um seminário, na cidade, o prefeito e o responsável pela área do esporte estavam presentes. Então o formador falava o que o prefeito poderia entender e valorizar. Essa troca de experiências era feita de forma intencional por parte da organização, de maneira a que os gestores municipais fossem interagindo mais com a nossa área. Trabalhamos muito nisto. Acho que uma das coisas que me ajudou na gestão foi o fato de ser uma pessoa vinda da educação. Acho que como educadores sempre procuramos ver todas as possibilidades de aprendizado.

P.J. – Sobre esse processo inicial de formação do PELC na tua gestão tem mais alguma coisa que nós não perguntamos? Alguma coisa que gostarias de destacar ou de comentar conosco?

R.R. – Eu gostaria de destacar no futuro desta pesquisa um aprofundamento da formação dos formadores. Também a importância das Conferências Nacionais de Esporte onde o tema do esporte recreativo, da recreação pública e do lazer anteriormente não era valorizado. Deixei um material para vocês aqui bem interessante. Tem fotografias de formação em Santa Vitória do Palmar, fotografias do Encontro do PELC Região Sul, do Encontro Nacional em Brasília... Baseado nisto vocês mesmas vão dizer: “Nós poderíamos falar mais sobre isto”. Então se vocês tiverem um tempinho de olhar as coisas que tem ali...

P.J. – Nós podemos selecionar este material.

---

<sup>27</sup> Programa Lazer Unindo Gerações.

R.R. – É selecionar também... Tem fotos, filmes, documentos e depois posso contribuir em cada um no que vocês acharem que deve ser feito.

P.J. – Claro, nós vamos conversando. Obrigada pela entrevista!

[FINAL DA ENTREVISTA]